



Vol 7, Nº 17 (diciembre/desembro 2014)

POSSIBILIDADES PARA O TURISMO DE AVENTURA NO LITORAL DO PIAUÍ

Araújo, Lucas Sampaio de¹

Da Ros, José Pedro²

RESUMO

Observam-se na contemporaneidade novas opções de lazer e turismo que tem movimentado fluxos expressivos de pessoas pelo mundo. A procura por práticas/formas mais ativas de turismo em atividades ligadas a áreas verdes tem sido expressiva. Neste contexto o segmento turístico denominado turismo de aventura vêm atraindo visitantes de forma significativa nos últimos anos ao redor do planeta. O litoral do estado do Piauí, com apenas 66 quilômetros de extensão, alta incidência de ventos alísios, águas quentes e ainda expressiva porção de natureza conservada, possui potencialidades para práticas deste tipo de turismo. Assim, a presente pesquisa tem por objetivo investigar a possibilidades de práticas do turismo de aventura nos atrativos naturais desta região. Por meio de pesquisa bibliográfica, na internet, coleta de dados e observação *in loco*, foi possível listar os atrativos naturais onde já se praticam esportes/atividades do turismo de aventura ou que tenham possibilidade para tal. Através de uma proposta de recurso metodológico específico para as particularidades locais chegou-se a um diagnóstico sobre estas práticas. Ao propor e aplicar um método de avaliação de turismo de aventura para litoral foi possível identificar quais esportes e atividades do turismo de aventura são mais ou menos possíveis de praticar nos referidos locais. Assim conclui-se que o litoral piauiense apesar de pequeno, tem significativas possibilidades para a prática de alguns esportes/atividades de aventura.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo, Aventura, Litoral piauiense.

ABSTRACT

We observed in contemporary new leisure and tourism that has stirred significant flows of people worldwide. Looking for practical / more active forms of tourism activities related to green areas have been significant. In this context the tourism segment called adventure tourism are attracting visitors significantly in recent years around the planet. The coast of the state of Piauí, with only 66 miles long, has large potential to practice this type of tourism. Thus, this research aims to investigate the practical possibilities of adventure tourism in natural attractions of this region. Through literature, the internet, data collection and on-site observation, it was possible to list the natural attractions which already play sports / activities of adventure tourism or who can afford to do so. Through a proposal for a specific methodological resource for local particularities come to a diagnosis on these practices. To propose and implement a method of assessment for coastal adventure tourism, it was possible to identify which sports are more or less possible to practice in the places listed. Thus it is concluded that the Piauí coast though small, has significant possibilities for sports / adventure activities.

KEYWORDS: Tourism, Adventure, Piauí Coastline.

¹ Bacharel em Turismo pela Universidade Federal do Piauí. lucass-ssampaio@hotmail.com

² Doutor em Gestión y Desarrollo Turístico Sostenible pela Universidad de Málaga - Espanha, Professor do Curso Superior de Bacharelado em Turismo da Universidade Federal do Piauí. ros@ufpi.edu.br

1. INTRODUÇÃO

A partir do acentuado crescimento dos grandes centros urbanos e a vida muitas vezes estressante que estes locais impõem aos moradores, observa-se um fluxo turístico crescente para regiões verdes, uma busca crescente pela aproximação da natureza onde se possam praticar atividades físicas e interagir com a localidade. A necessidade das pessoas de distanciar-se do habitual, das cansativas jornadas de trabalho como ilustra Krippendorf (2001) com as metáforas “fuga do cotidiano”, o “ciclo da renovação” e a “higiene psíquica”, retratam um movimento para a procura de uma melhor qualidade de vida nas opções de tempo livre/ócio de muitas pessoas.

Nesse contexto o Turismo de Aventura (TA) apresenta-se como opção para o perfil de visitante que busca por uma ideia associada à aventura ou o perigo ligado diretamente à questão do desafio, dos riscos calculados, com a intenção de testar limites, procurar vivências intensas, adrenalina, em áreas de natureza singular.

Assim, o Brasil se caracteriza como destino de possibilidades para o desenvolvimento do TA, com extensas áreas verdes em sua extensão continental, clima tropical, particular cultura e reconhecida hospitalidade. Esses entre outros pontos o caracterizam como de grande potencialidade para o TA quando se pensa em formatar, diagnosticar e propor possibilidades para atrair uma expressiva parcela da população que viaja em busca de conhecer novos lugares, opções ativas lazer e fortes emoções.

No Brasil o TA aparece em evidência a partir da década de 90, assemelhando-se, em algumas de suas atividades, com o ecoturismo, turismo de pesca e o turismo rural que já existiam anteriormente e realizam atividades ligadas a natureza. No entanto o TA, que muitas vezes é tratado como atividade ou subproduto do ecoturismo, se desvincula desse segmento e diferencia-se com características próprias e, muitas vezes, incompatíveis com o ecoturismo. Assim, este novo segmento passa a ter como critério principal da motivação, a busca para tornar os turistas ativos perante a natureza, diferente das outras formas de turismo que os envolvem em atividades mais passivas de entretenimento.

O estado do Piauí possui um pequeno litoral que se sobressai em termos de fluxos turísticos apresentando sazonalidade com movimentação intensa de visitantes para desfrutarem dos atrativos locais concentrados em alguns períodos do ano. No que se referem aos ditos atrativos naturais, destacam-se as praias – motivação principal dos turistas no litoral brasileiro/nordestino – e o Delta do Parnaíba. Nesses locais o segmento sol & praia, apresenta-se bem consolidado e mais modestamente algumas iniciativas de ecoturismo. No entanto constata-se que há uma tímida movimentação ligada ao TA, mais especificamente a um turismo motivado pelas práticas do esporte kitesurf (onde se veleja com prancha com pipa/vela na água). Porém, visto que não há o conhecimento do real potencial e de quais

esportes/atividades de aventura que os atrativos naturais dessa região podem favorecer, imagina-se uma oportunidade de investigação.

Dessa forma esta pesquisa se direciona com o seguinte problema: Quais são as possíveis práticas de turismo de aventura capazes de serem realizadas nos atrativos naturais do litoral do Piauí? Dessa forma, tem-se como objetivo geral: Investigar possibilidades para práticas do Turismo de Aventura no Litoral do Piauí. E específicos: Inventariar atrativos naturais com possibilidade para o desenvolvimento do Turismo de Aventura no Litoral do Piauí; Identificar quais esportes de aventura são adequados para as práticas nos locais inventariados; Propor uma metodologia de avaliação da potencialidade dos atrativos naturais em relação aos esportes/atividades do turismo de aventura no litoral do Piauí.

2. UMA BREVE ABORDAGEM SOBRE TURISMO DE AVENTURA.

As tipologias turísticas que se desenvolveram focadas no meio ambiente permanecem atuais desde o final do século XIX. Visto que existe uma relação de interação e dependência entre turismo e meio ambiente, de forma que o último se torna produto/matéria-prima para o desenvolvimento da atividade.

Uma característica das viagens, que é importante destacarmos, sempre foi a profunda interação com o meio ambiente. Desde os tempos mais remotos, as viagens sempre tiveram a característica de provocar alterações no meio ambiente. A criação de novos caminhos, a captura de animais, a propagação de novas doenças, a ocupação desordenada de novos territórios, a criação de postos intermediários de descanso dos viajantes provocando o surgimento de novos aglomerados urbanos, a propagação de plantas e animais exóticos, são algumas das mudanças provocadas pelas viagens, conseqüentemente turismo, é bastante estreita e indissociável. O turismo está indissolivelmente ligado ao meio ambiente, e só tem sentido dentro de uma perspectiva que considere esta interação permanente. O homem foi e continua sendo o maior gerador de modificações no meio ambiente, e cada progresso no campo da ciência e da tecnologia aumenta sua capacidade de provocar mudanças ainda mais profundas. (RUSCHMANN, 1997, p. 19).

No Brasil o turismo com a descoberta e valorização de sua natureza como fenômeno social começou por volta de 1920, vinculado prioritariamente ao lazer. “Motivados por esse interesse (necessidade de conhecer a natureza), no século XIX o Brasil recebeu um grande número de escritores, pintores e intelectuais, que registraram nossos hábitos e costumes” Dias e Aguiar (2002, p.47). Já nas décadas de 50 e 70 o turismo de massa surgiu como alternativa

de desenvolvimento, geração de emprego e renda, porém sem nenhuma preocupação com os atrativos. Segundo Ruschmann (1997, p. 21) nesse período:

A demanda turística dos países desenvolvidos cresce em ritmo muito rápido e as localidades turísticas vivem uma expansão sem precedentes. Preenchem-se os vazios que ainda existem nas zonas litorâneas mais acessíveis, saturando-os. [...] Esse período é o mais devastador e se caracteriza pelo domínio brutal do turismo sobre a natureza e as comunidades receptoras. Trata-se de uma fase de excessos, acentuada pela qualidade medíocre da arquitetura nas localidades turísticas. [...] Em resumo, um período catastrófico para a proteção do meio ambiente.

Enquanto na década de 80 houve uma mudança no modo de vida da população, devido “a deterioração dos ambientes urbanos pela poluição sonora, visual e atmosférica, a violência, os congestionamentos e as doenças provocadas pelo desgaste psicofísico das pessoas” (RUSCHMANN, 1997, p. 19). Dessa forma, os lugares onde possuíam espaços naturais, que envolviam o meio ambiente, passaram a se desenvolver e ser tratados como uma crescente e nova oportunidade de mercado para os empresários. Assim como para os turistas, esses lugares passaram a ser sinônimo de locais de desfrute e lazer, onde procuravam contato com a natureza e a região visitada, cuidado com a saúde, além de aventura, onde:

Depois da metade dos anos 80, distingue-se um outro período, no qual as práticas turísticas e de lazer da fase precedente perde a sua amplitude. O turismo de natureza ou o turismo ecológico ocorre na maioria das localidades turísticas estabelecidas e, nas novas, evita-se a ocupação de todos os espaços. [...] A natureza e todos os seus componentes tornam-se pretextos para a descoberta, a iniciação, a educação e o espírito de aventura e, dessa forma, dão origem a um novo mercado. (RUSCHMANN, 2009, p. 21)

Tendência essa que proporcionou o surgimento de segmentos com atividades proporcionadas pela aproximação com a natureza como o turismo rural, turismo de pesca, ecoturismo e turismo de aventura. Muitas vezes, esses segmentos, por promoverem um contato mais próximo do meio ambiente – muitas vezes com riscos calculados, superação de desafios, medos e limites – acabam sendo conceituadas de formas semelhantes ou desenvolvendo atividades que podem ser comuns a estas tipologias.

Neste contexto destaca-se o TA, com atividades na natureza, que envolvem emoções e testam as habilidades dos praticantes e podem ser vistas dessa forma ao longo de sua história. Foi dessa maneira que ocorreram o surgimento de tais esportes que hoje se tem conhecimento. Segundo o Ministério do Turismo brasileiro (MTur),

O segmento nasceu com um pequeno grupo de pessoas dispersas geograficamente, de diferentes classes sociais e idades, que começam a desenvolver atividades junto à natureza, passando a visualizar a possibilidade de fazer daquilo seu meio de vida (MTUR 2010, p. 13).

Não se tem datação precisa quanto ao surgimento do TA, sabe-se primeiramente que eram atividades consideradas como parte integrante do ecoturismo e ligadas de certa forma aos desportos, e que, posteriormente, com o crescimento das atividades e dos estudos, foi possível a conceituação das mesmas e a dissociação natural entre elas.

Os primeiros debates sobre TA nos anos 80, demonstraram a falta de conhecimento sobre o assunto e com o aprofundamento dos interesses por parte dos estudiosos, o crescimento da atividade pelos turistas e principalmente, por parte dos prestadores de serviços, pôde-se ter um avanço, das atividades do segmento.

E em 1999 a empresa de eventos Promotrade Feiras & Congressos Ltda realizou a primeira feira voltada para essa temática no Brasil que teve grande êxito no número de visitantes. Posteriormente um acontecimento que pode se caracterizar como um marco no TA do Brasil foi o a criação da Oficina do Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável do Turismo de Aventura – PNDSTA, pela EMBRATUR com intuito primeiramente de identificar e mobilizar o *trade* com objetivo de unir esforços para pensar no desenvolvimento do TA (AMARAL, 2005).

Assim, através dessa oficina, surgiu o conceito utilizado atualmente pelo Ministério do Turismo brasileiro que tem intuito de orientar um sentido para a política do setor e estabelecer limites da oferta e demanda, assim, conforme o Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável do Turismo de Aventura (2001, *apud* AMARAL 2005, p. 240)

Segmento do mercado turístico que promove a prática de atividades de aventura e esporte recreacional, em ambientes naturais e espaços urbanos ao ar livre, que envolvam emoções e riscos controlados, exigindo o uso de técnicas e equipamentos específicos, a adoção de procedimentos para garantir a segurança pessoal e de terceiros e o respeito ao patrimônio ambiental e sociocultural.

Porém, para entender qual é o conceito de turismo de aventura e sua aplicabilidade, se faz necessário conhecer o campo de ações, delimitações e atividades pertinentes, bem como primeiramente conhecer o próprio conceito de esporte.

De forma mais ampla, citando a carta Europeia de Esporte no artigo 2º (BRETÓN e COBO 2001 *apud* GIL, 2003)¹, permite afirmar que o esporte é qualquer forma de atividade física que, através de uma participação organizada ou não, têm por objetivo a expressão ou melhora da condição física e psíquica, o desenvolvimento das relações sociais ou a obtenção de resultados em competições em todos os níveis. Torna-se pertinente afirmar ainda que possui um caráter de jogo, onde há uma luta/disputa consigo mesmo ou com outros e um enfrentamento com a natureza.

Convém observar que os conceitos de esporte, assim citados, tem uma maior alusão ao turismo desportivo, quando afirma que há o interesse na prática de esportes com o intuito de competição ou superação de um adversário ou uma marca.

Já o turismo de aventura, possui muitas dessas características, no entanto se afasta da ideia de competição e tem uma concepção do esporte voltada para a recreação, prazer e superação de limites, Ramos (2005, p. 470).

As competições de aventura ou radicais não podem ser classificadas como turismo de aventura por não estarem envolvidas com o *trade* e por adotarem um enfoque de competição, pois envolvem ganhadores, regras, patrocinadores, enfim, aspectos esportivos.

Segundo o ponto de vista de Ramos (2005) é possível ainda dividir turismo de aventura e esportes radicais, onde, apesar da última despertar as sensações de adrenalina, aventura e risco não se adequam ou se assimilam ao turismo de aventura, pois não fazem parte de um programa mais complexo

¹ BRETÓN BESNIER, F. e COBO GARCÍA, J. (2001): Legislación deportiva en Andalucía, Consejería de Turismo y Deporte, Junta de Andalucía, Sevilla.

onde o *trade* é envolvido. Assim se assimilam apenas enquanto deslocamentos necessários para sua execução, ponto de vista um tanto quanto extremista. E em discordância de Ramos e com uma opinião menos radical – na qual esse presente trabalho segue como base – Uvinha (2003)² ao falar do termo “radical” em esportes radicais, associa ainda outros termos que se assemelham ou fazem lembrar o turismo de aventura, como “alternativos”, “*outdoor*”, “extremos”, “radicais”, “de aventura”, “de natureza”.

Já Amaral (2005) apesar de distinguir os termos acima mencionados como faz Ramos, possui uma ideia mais mercadológica e semelhante com de Uvinha (2003), onde afirma que o termo “aventura” deve ser usado em vez de “esportes radicais”, pois assim incluem um universo maior de pessoas, além das empresas promoverem seus produtos na indústria do turismo com maior aceitação pelo público.

Outro assunto que tem criado bastante discussão que serve como critério de informar e esclarecer aos leitores, visto que, esta atividade ainda é pouco difundida e trás opiniões diversas enquanto sua aceitação como parte do segmento é a atividade de aventura em ambientes artificiais.

Tal assunto provoca opiniões controversas, pois alguns praticantes e autores desconsideram as atividades de aventura artificiais como TA, pois não vem tal atividade fora da natureza. Ramos (2005, p. 470) afirma que “Não cabe também ao turismo de aventura ser desenvolvido em áreas urbanas, como alguns autores destacam, pois se sabe que uma das suas raízes foi o ecoturismo” conforme afirma Swarbrooke (*et al.* 2003, p. 46):

“Alguns alpinistas tradicionais consideram impossível reconhecer a legitimidade da escalada de paredes artificiais porque o elemento chave – a natureza – está ausente, em termos de condições atmosféricas, paisagens, ar fresco e assim sucessivamente”.

No entanto, é necessário entender que a tentativa de aproximar ao máximo os ambientes artificiais de aventura aos naturais, são características da necessidade da nova demanda do segmento, a segurança e controle dos riscos ambos são encontrados nos dois ambientes e o sentimento de medo é subjetivo, varia de pessoa para pessoa, e assim não tornam tais lugares falsos

² UVINHA, R. R. Turismo de Aventura: uma análise do desenvolvimento desse segmento na Vila de Paranapiacaba. 2003. São Paulo: USP, 2003. 184p. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de SÃO Paulo, 2003.

ou suas emoções menos verdadeiras para os praticantes. Uvinha (2005, p. 251):

Os ambientes artificiais para a atividade de aventura, nos quais se tenta oportunizar o máximo de segurança com o mínimo de risco, não podem somente ser considerados como meros locais de treinamento onde os praticantes buscam apenas uma *performance* ideal [...]. A vivência nesses ambientes tem um fim em si mesma, oportunizando experiências lúdicas bastante particulares.

Swarbrooke et al. (2003) não menospreza a importância dos benefícios que o interesse pela aventura artificial possa trazer, visto que há uma grande gama de possibilidades – ainda que adormecida – para a criação de novas zonas de aventura para o turismo e o surgimento de uma nova categoria de consumidores, o que permite afirmar “a aventura artificial tem uma probabilidade cada vez maior de desempenhar um papel decisivo no futuro da indústria do turismo” (SWARBROOKE *et al.* 2003, p. 245).

Um ponto bastante importante que se discutiu acima foi a relevância do medo e dos riscos pelos turistas de aventura, no qual, pode-se assim estabelecer uma relação com outras emoções e observar a motivação da prática desse segmento e estabelecer perfis dos praticantes.

Em relação aos sentimentos que estão presentes no processo de tomada de decisões e as características que os indivíduos buscam encontrar no momento da prática, segundo Swarbrooke *et al.*, (2003) se distinguem na busca de desafios que envolvam um escapismo da sua realidade, com perigos e riscos na execução, no qual os resultados são incertos e as emoções são contrastantes, pois envolvem atividades com alto nível de atenção e concentração, um entusiasmo e estímulo de recompensarem-se ao superar os seus limites. Já as motivações vão desde, tirar simples férias e viajar para visitar amigos e parentes, fugir da rotina, até participar de atividades de recreação ativa, interagir com outros participantes e ter vivências e experiências inesquecíveis (MTur, 2006)

Devido à diversidade da natureza do TA e das vastas motivações pelas quais os participantes apresentam, é possível ainda traçar diferentes perfis dos mesmos. Amaral (2005) afirma que pode ser dividido em dois grupos, o primeiro constituído por pessoas, seja de forma individual ou em grupos, assíduos de alguma atividade pertencente ao turismo de aventura no qual boa

parte conta com consciência ecológica, onde buscam locais que possuem recursos naturais que possibilitem a prática de sua atividade recreacional, e o segundo perfil são de pessoas que buscam atividades de lazer que envolvam emoções, riscos controlados e desafios, com destaque ao encontro com a natureza para fugir do seu cotidiano e minimizar o estresse, são indivíduos que nem sempre viajam com estes fins e não possui uma consciência ecológica tão desenvolvida quanto a do primeiro.

Depois de ter ciência de todas as informações expostas acima, com indagações pertinentes ao segmento, é possível agora entender como o segmento de TA é tão amplo e porque é difícil de estabelecer um único conceito. Conceituar Turismo de Aventura é complexo e exige bastante estudo sobre o segmento, para poder chegar a uma opinião definida.

Como afirma Farah (2005 p. 28):

As diferentes concepções de turismo demonstram que os conteúdos em torno desta temática transitam em várias dimensões, incluindo os aspectos corporais, culturais e mentais e definir, portanto, um conceito de TA acaba por ser uma tarefa complexa e difusa.

Sabe-se também, assim como qualquer outra prática de turismo, que o turismo de aventura em ambientes naturais (mais frágil) e em ambientes urbanos (mais flexíveis e menos frágeis) exercem impactos econômicos, ambientais e sociais no destino e na comunidade anfitriã no momento que é executado. Dessa forma, o planejamento, articulação do *trade*, regulamentação da prestação de serviços, promoção da atividade segura, são algumas das ações das quais devem ser trabalhadas pelo poder público, privado e pelos praticantes com intuito de minimizar os impactos ao desempenharem as atividades. “É primordial a formação de empresários e consumidores conscientes de seus papéis junto à sociedade” (AMARAL, 2005, p. 245).

Em âmbito nacional o TA nunca esteve tanto em voga, pois, se trata de um país bastante promissor devido a sua vasta área natural, capaz de proporcionar atividades de aventura e atrair uma grande parcela da população que viaja em busca de atividades desafiadoras e emocionantes.

Lima (2005, p. 24 *apud* CRUZ 2005, p. 24) afirma:

O TA é um fenômeno crescente e tem atraído uma parcela cada vez maior da população que busca um sentimento de auto realização e prazer através da prática de atividades físicas e mentais estimulantes,

viajando para destinos remotos ou participando de atividades de “risco” como parte de suas expectativas turísticas.

Assim conclui-se na abordagem acima como o TA teve o seu processo de origem e o quanto pode crescer como segmento consolidado com grandes potencialidades nos atrativos naturais, o que cria ampla gama de possibilidades de investigação e consequentes ações.

3. PERCURSO METODOLÓGICO

No que se refere à natureza da presente pesquisa, do ponto de vista dos objetivos, é exploratória, pois, “tem por objetivo aprimorar ideias e descobrir intuições, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos em estudo” (GIL, 2002, p. 41). Contou com pesquisa descritiva, onde “os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira neles, são estudados, mas não manipulados pelo pesquisador” (ANDRADE, 2006, p. 124).

Dos procedimentos técnicos, a pesquisa consiste, primeiramente, na familiarização do objeto em análise, através de levantamento bibliográfico. Trata-se de um estudo de caso, pois “caracteriza-se pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento” (RODRIGUES, 2005, p.40). Por conseguinte, a coleta de dados, foi desenvolvida através da observação, de acordo com os objetivos da pesquisa e o universo que se pretende investigar esse foi o melhor instrumento para obter os dados.

Do ponto de vista do problema, contou com abordagem qualitativa, onde se tendeu a analisar os dados de forma indutiva, “A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas nesse tipo processo e não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas” (SILVA e MENEZES, 2005, p. 20).

3.1 OS ATRATIVOS NATURAIS DO LITORAL DO PIAUÍ NO CONTEXTO DO TURISMO DE AVENTURA

O estado do Piauí possui o menor litoral do Brasil, com apenas 66 km de extensão, porém apresenta praias bem conservadas e singular natureza com a foz do rio Parnaíba, com 1.485 km de extensão. Junto ao mar forma-se um Delta a partir de cinco braços do Rio que dão origem a cerca de 80 ilhas que o caracterizam como único Delta em mar aberto das Américas, denominado Delta do Parnaíba.

Quatro municípios compõem o litoral do Piauí: Ilha Grande, Parnaíba, Luís Correia e Cajueiro da Praia, onde se verifica uma quantidade significativa de atrativos naturais ainda pouco explorados. Nestes locais é possível presenciar modestos fluxos de turismo de aventura e de excursionismo relacionado as práticas do TA, em especial europeus e brasileiros que vêm à região principalmente para velejar (kitesurf). Nota-se a presença de alguns praticantes e prestadores de serviços especializados, no entanto, ainda timidamente explorado caracterizando a região com fluxo modesto para uma classificação de destino de TA.

Importante mencionar que esta região litorânea do Piauí é uma de uma Unidade de Conservação da Natureza brasileira, uma reconhecida área protegida nacional, e corresponde à porção piauiense da Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba que engloba também os estados do Ceará e Maranhão. Foi criada em 1996 e possui uma área de 313.809 hectares entre os três estados. A intenção, em sua criação, não era só de proteger os recursos hídricos e a mata aluvial, mas também incentivar o turismo ecológico e conscientizar a população de toda a região (OKTIVA – UFC, 2010).

Seu desenho se assemelha a uma mão aberta, onde os dedos representam as seguintes barras: Barra de Tutóia, Barra do Caju, Barra do Igarapu, Barra das Canárias e Barra da Melancieira, que se ramificam em braços menores. O Delta apresenta em um mesmo ecossistema diferentes paisagens: mar com inúmeras praias desertas, rios, lagoas, dunas de areias brancas, banhados, e vários tipos de mangue da região.

Os objetivos da APA Delta do Parnaíba, segundo a autarquia que é responsável pela gestão dessa área protegida, o Instituto Chico Mendes da Conservação da Biodiversidade (ICMBio, 2010) são:

1. Proteger os deltas dos rios Parnaíba, Camurupim, Cardoso, Timonha e Ubatuba, com sua fauna, flora e complexo dunar;
2. Proteger remanescentes de mata aluvial;
3. Proteger os recursos hídricos;
4. Melhorar a qualidade de vida das populações residentes, através da orientação e disciplina das atividades econômicas locais, buscando a sustentabilidade das mesmas;
5. Fomentar o turismo ecológico e a educação ambiental;
6. Preservar as culturas e as tradições locais.

Assim uma tipologia de turismo que possui práticas com pouco ou nenhum impacto negativo na natureza, como as classificadas aqui na presente pesquisa, e pertencentes ao TA são compatíveis de ser desenvolvidas dentro desta área.

A potencialidade dos atrativos naturais locais e as possíveis atividades pouco espoliativas, se bem cuidados e gerenciados, podem ser compatibilizados com conservação de um dos principais santuários ecológicos brasileiros.

3.2 UMA ADAPTAÇÃO DE RECURSO METODOLÓGICO

No intuito de diagnosticar os atrativos naturais do litoral do Piauí quanto sua potencialidade para alguns esporte/atividades do TA, optou-se por alguns modelos de avaliação e hierarquização de atrativos turísticos que foram elaborados por autores brasileiros e estrangeiros. Cabe ressaltar, ao avaliar os atrativos, não apenas em quantidade, mas principalmente em qualidade, ou seja, um conjunto de fatores que devem ser levados em consideração, serão elementos fundamentais para revelar o potencial turístico de uma localidade.

Leno Cerro (1993) relata a importância de se avaliar um atrativo natural da seguinte forma:

Os métodos de classificação e inventário dos recursos constituem os primeiros passos na análise do potencial turístico de uma zona, facilitando a identificação daqueles elementos ou atividades que têm um certo poder atual ou potencial para atrair a demanda turística. Sem dúvida, o valor real do potencial turístico de uma área não se

mede unicamente pelo número de atrativos que reúne, mas também pela qualidade deles. Este é precisamente o objetivo das técnicas de avaliação dos recursos que, como em qualquer outra atividade a planejar, têm como fim básico estabelecer uma medida de valor sobre a qual fundamentar a tomada de decisões no processo planejador.

Assim, optou-se por utilizar uma metodologia própria para avaliação dos atrativos naturais que tem potencialidades de serem praticados esportes/atividades do turismo de aventura no litoral do Piauí. Dois modelos de avaliação de atrativos turísticos foram tomados como base para esta adaptação metodológica: o modelo de Avaliação do Centro Interamericano de Capacitação Turística (CICATUR) e o modelo da Matriz de Avaliação do Projeto Pólos de Desenvolvimento de Ecoturismo no Brasil.

Outros modelos são apresentados no estudo de Almeida (2009) e, com as devidas adaptações, serviriam a este propósito principalmente por ter referenciais teórico-metodológicos semelhantes que subsidiam o enriquecimento da discussão e possivelmente contribuiriam para endossar a ideia da criação de um modelo de metodologia que avalie o turismo de aventura com esportes praticáveis no litoral, a saber:

- O Grau de Atração Turística de Pinzan (2003), na área de estudo da região metropolitana da Baixada Santista – Brasil, que faz uso de fórmulas matemáticas e tem análise baseada em um tipo específico de atrativo turístico (praia) e na estrutura de hospedagem local;

- A Classificação e Avaliação dos Municípios Turísticos de Boullón (1995), com o uso de diversos critérios para a obtenção de diferentes classificações: a partir da demanda, em relação ao funcionamento das áreas e à oferta de equipamentos e estabelecimento de pontuações para os equipamentos e para os tipos de mercados atendidos;

- O Índice de Atratividade Turística de Gearing, Swart e Var ou *Tourist Attraction Index* (TAI) (Almeida, 2004), com o método indireto de preferência dos usuários (a partir de pesquisa com especialistas, que devem ser cuidadosamente escolhidos), com foco nos atrativos turísticos e a utilização de pesos e escalas numéricas para as avaliações de aparente simplicidade e maleabilidade quanto ao uso;

- A Análise dos Fatores de Produtividade para a Localização de Projetos Turísticos de Cárdenas Tabares (1994), com foco no estudo do mercado e da

localização de projetos turísticos, com análise de fatores decisivos, importantes e desejáveis, a utilização de pesos para cada conjunto de fatores e atribuição de pontuações para a avaliação, apoia-se na teoria do espaço turístico de Boullón e, como nesta proposta para o Turismo de Aventura, na avaliação e hierarquização dos atrativos turísticos da CICATUR;

- A Matriz de Avaliação de Atrações Turísticas de Inskeep (1991), que deve considerar a experiência e o julgamento da equipe de planejamento dos aspectos considerados: características naturais dos atrativos turísticos, características culturais e características especiais (podem variar de acordo com a área a ser avaliada);

- A Ferramenta para Determinação do Potencial Turístico de Casal (2002), utilizada para o planejamento do turismo alternativo mais especificamente para o planejamento e desenho de serviços alternativos, que inicia-se a partir do inventário da oferta turística e aparentemente não mostra nenhuma preocupação com o sistema de pontuação ou com qualquer outro indicador de avaliação;

- A Abordagem da Avaliação Regional do Potencial de Desenvolvimento Turístico de Gunn (1980 e 1988), que tem como área de estudo: 20 condados da região centro-sul do Texas – EUA e com determinação de zonas geográficas em função da força de fatores localizacionais e organizacionais, consideração de fatores físicos e programáticos, diferenciação entre o turismo de vista panorâmica (turismo de contemplação) e o turismo de destinação. Incluiu a produção de mapas e a utilização de recursos computacionais com a utilização de índices e escalas numéricas.

No entanto de forma pragmática para esta investigação inicial optou-se pelos modelos da CICATUR e o modelo do Projeto Polos de Desenvolvimento de Ecoturismo no Brasil, principalmente por conterem elementos que facilitaram o ajuste e adequação deste recurso metodológico, criado/adaptado aqui no presente estudo, que será demonstrado nas páginas seguintes. O primeiro modelo utilizado, citado acima, inicialmente faz uma avaliação do potencial que possui o atrativo, com características e motivos pelos quais pode levar turista a visitá-lo. Depois, dentro de alguns critérios, hierarquiza-se por grau de importância, representatividade e apoio local que o atrativo deve possuir. E por final os critérios de priorização de acesso, infraestrutura e estado

de conservação, que vão determinar os fatores mais urgentes a serem implantados como atrativos turísticos (RUSCHMANN, 2010).

Já o modelo da Matriz de Avaliação do Projeto Polos de Desenvolvimento de Ecoturismo no Brasil, tem como objetivo identificar as localidades brasileiras aonde a prática do ecoturismo já vinha ocorrendo com algum sucesso e fazer um levantamento das características, potencialidades e condições de infraestrutura nos locais onde o ecoturismo se apresentava como uma nova alternativa de desenvolvimento. Esse modelo, aparentemente simples, avalia questões de impactos e restrições ambientais, identificação e definição de público-alvo, mercado e produto, desenvolvimento de infraestrutura de apoio, zoneamento, turismo ambiental entre outros, com intuito de contribuir e auxiliar na melhoria das carências e problemas identificados no local. O método de avaliação se caracteriza por meio da atribuição de notas, de zero a três, sendo que zero corresponde à inexistência do fator analisado e três, a qualidade de excelência máxima do item.

3.3 APLICAÇÃO DO RECURSO METODOLÓGICO ADAPTADO

Neste contexto procurou-se iniciar, com a adaptação do recurso metodológico exposto anteriormente, a avaliação aqui denominada como: Modelo de Avaliação do Turismo de Aventura de Litoral (ATAL), e sua aplicação ao Litoral do Piauí, que pertence a uma Área de Proteção Ambiental (APA), denominada APA Delta do Parnaíba, uma área natural protegida no Brasil, pertencente ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

Assim, com foco nas atividades mais respeitosas e menos espoliativas do meio ambiente, a presente pesquisa optou por esportes/atividades do turismo de aventura que se adequassem minimamente as particularidades de uma Unidade de Conservação da Natureza (UC). Neste sentido a escolha das atividades do TA foi pelas que fossem menos danosas, em suas práticas, à natureza. Nesse sentido, tomando com exemplos, o wakeboard, onde seria necessário um barco a motor que certamente perturbaria a fauna e flora aquática, foram descartados como quaisquer outros esportes que envolvem veículos a motor.

Dessa forma, também há de ser mencionado que as práticas de trilhas, consideradas muito menos espoliativas, também foram incluídas, mas com ressalvas, bem como os passeios a cavalo e bicicleta na beira da praia, pois podem prejudicar os locais onde frequentemente acontecem à desova de cinco das sete espécies de tartarugas marinhas do mundo. São animais ameaçados de extinção (conforme *RED LIST – IUCN, International Union for Conservation of Nature*). No entanto tomados os devidos cuidados com os sinais na areia e, muitas vezes, marcações com placas colocadas por uma ONG de proteção da natureza atuante em todo o litoral do Piauí, o Projeto Biodiversidade Marinha do Delta (BIOMADE), pode se praticar tais atividades.

Outros esportes que embora encontrem nesta região potencialidades para possíveis práticas, mas que também não foram aqui compreendidos por algumas particularidades desta análise são:

- o desporto orientação, que se desenrola principalmente em florestas e áreas despovoadas, é muito praticado nos países nórdicos e também como treinamento para as forças armadas brasileiras, praticado com auxílio de carta topográfica e bússola;

- o denominado *sandboard*, ou surfe nas dunas de areia com prancha específica, assemelha-se ao *snowboard*. Não fez parte desta análise principalmente por não existir grandes dunas na orla e nas primeiras linhas das praias mais frequentadas, apesar de existirem em ilhas do Delta do Parnaíba e em outros locais mais interioranos dos municípios onde seria possível à prática desta modalidade;

- o rapel, por ser uma atividade que necessita de desníveis como em morros e encostas ou ainda em prédios/pontes, ressalta-se que essa última é possível presenciar algumas vezes na ponte do centro da cidade de Parnaíba;

- o rafting, por ser praticado somente em rios de águas com médias e fortes corredeiras, que ofereçam níveis de dificuldades;

- os esportes aéreos, pois tais atividades para que sejam praticadas de forma correta e sem riscos, necessitam de ventos moderados ou ausência deles e não tão fortes quanto são presenciados em alguns meses no litoral do Piauí.

Dessa forma, outros esportes/atividades de aventura que tem plenas condições de praticas conforme foram vistos e/ou diagnosticados como

potenciais para esta região de litoral serão explicitados a seguir. Optou-se por apresentá-los em um quadro que já facilitará a análise conforme semelhanças e especificidades.

Quadro 1 - Grupos de esportes/atividades do turismo de aventura propostos para o litoral do Piauí

Modalidade/grupo	Esportes
Terra	Cavalgada/Passeio de Carroça
	Caminhada
	Mountain Bike
Mergulho	Livre/apneia
	Autônomo
Surf	Prancha
	Body board
Canoagem/remo	Caiaque
	Canoas
	Canoagem havaiana
	Stand up paddle
Vela	Barcos
	Kite surf
	Wind surf

Fonte: elaborado pelo autor (2013)

Para cada modalidade de esporte/atividade do TA foi aferido números de 0 a 5, com intuito de dinamizar e caracterizar tais esportes nas respectivas áreas inventariadas. Utilizando uma adaptação dos modelos exemplificadas anteriormente (CICATUR e Polos de Ecoturismo do Brasil), de forma detalhada a seguir.

Hierarquia 5: capaz de exercer de forma excepcional múltiplas atividades de aventura, tem poder para atrair muitos praticantes de origens regionais/nacionais/ internacionais, já se presencia a existência de praticantes e prestadores de serviços especializados.

Hierarquia 4: capaz de exercer de forma ótima várias atividades de aventura tem poder para atrair muitos praticantes de origens regionais/nacionais/ internacionais, já se presencia a existência de praticantes e/ou prestadores de serviços especializados.

Hierarquia 3: capaz de exercer de forma satisfatória algumas atividades de aventura tem poder para atrair distintos praticantes de origens regionais e nacionais com possibilidade de receber internacionais, já se presencia a existência de praticantes ou prestadores de serviços especializados.

Hierarquia 2: capaz de exercer de forma limitada algumas atividades de aventura tem poder para atrair alguns praticantes regionais com possibilidade de receber nacionais, porém ainda não internacionais, não se presencia a existência de praticantes ou prestadores de serviços especializados.

Hierarquia 1: capaz de exercer uma ou outra atividade de aventura tem poder para atrair alguns poucos praticantes regionais com potencial para nacionais, porém ainda não internacionais, não se presencia a existência de praticantes e de prestadores de serviços especializados.

Hierarquia 0: Não é capaz de exercer de nenhuma forma atividades de aventura no local, como não tem possibilidades de atividades de aventura não tem poder para atrair nenhum tipo de praticantes e/ou prestadores de serviços especializados.

Dessa forma, depois de inúmeras observações *in loco*, conversas com desportistas locais, especialistas e leigos em turismo de aventura, definiu-se algumas hierarquias para cada uma das praias dos 66 km de Litoral. Quatorze localidades foram escolhidas, principalmente por já contarem com algum fluxo turístico e se situarem na concepção de visitantes e visitados como locais por excelência turísticos do Litoral Piauiense. Para tanto, nesta investigação, optou-se pela denominação “Modelo de Avaliação do Turismo de Aventura de Litoral” ou como sigla, simplesmente, “ATAL”.

Assim seguem no quadro abaixo as localidades e os resultados da hierarquização referentes às práticas de atividades do TA escolhidas para cada lugar segundo a aplicação do ATAL:

Quadro 2 – Hierarquização dos esportes/atividades do turismo de aventura nos locais observados

Modalidades Locais/ Atrativos Naturais	Vela	Canoagem/Remo	Surf	Mergulho	Terra
Praia de Barra Grande	5	4	1	1	5
Praia da Barrinha	4	4	1	1	4
Praia do Morro Branco	4	4	1	1	3
Praia do Cajueiro	4	4	1	1	4
Praia do Macapá	5	5	1	1	3
Praia do Maramar	5	4	1	1	4
Praia da Carnaubinha	4	4	1	1	4
Praia do Arrombado	5	4	1	1	4
Praia do Coqueiro	5	4	2	1	5
Praia do Peito de Moça	4	4	1	1	4
Praia de Atalaia	5	4	1	1	5
Porto de Luis Correia	3	4	1	3	3
Praia da Pedra do Sal	4	3	2	1	4
Porto dos Tatus	1	5	0	1	2

Fonte: elaborado pelo autor (2013).

No que se refere aos resultados obtidos por somatórias das hierarquias aplicadas para cada atividade do TA aplicadas a cada localidade pode-se obter, por meio da aplicação do ATAL a pontuação total dos esportes/atividades nos atrativos naturais nesta UC, o litoral do Piauí, que mesmo com um caráter subjetivo, fornece alguma parâmetro e dados sobre a potencialidade local.

Quadro 3 – Pontuações somadas de potencialidades do turismo de aventura

Número	Atrativos Naturais	TOTAL
1º	Praia do Coqueiro	17
2º	Praia de Barra Grande	16
3º	Praia de Atalaia	16
4º	Praia do Macapá	15
5º	Praia do Maramar	15
6º	Praia do Arrombado	15
7º	Praia da Pedra do Sal	14
8º	Praia do Cajueiro	14
9º	Praia da Barrinha	14
10º	Praia da Carnaubinha	14
11º	Praia do Peito de Moça	14
12º	Porto de Luis Correia	14
13º	Praia do Morro Branco	13
14º	Porto dos Tatus	9

Fonte: elaborado pelo autor (2013).

Torna-se significativo observar no quadro supracitado, que assim como um local/atrativo natural pode ter uma somatória expressiva nas 5 atividades/esportes de aventura somadas acima, pode-se deparar, por exemplo, com outra localidade, com mesmo resultado final nesta pontuação, que obteve nota mais elevada em 3 dos 5 pontos e zero em dois destes. Isto é, para fins de obtenção de parâmetros para diagnóstico específico sobre um esporte/atividade do turismo de aventura sugere-se como o quadro 2 (hierarquização dos esportes/atividades do turismo de aventura nos locais observados) que traz uma avaliação do local pontual feita por atividade. De forma exata pode-se obter uma abordagem mais particular observando a potencialidade local para o que se deseja especificamente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio dessa pesquisa foi possível inventariar os principais atrativos naturais do litoral do Piauí no que se refere às possíveis práticas para o turismo de aventura. Assim foi presumível averiguar como se caracterizam atualmente e as suas potencialidades de crescimento, como esses locais estão mais ou menos apropriados para as práticas de esportes/atividades de aventura e quais são essas atividades divididas em modalidades e, seguindo um padrão de classificação, são capazes de serem executadas nos respectivos atrativos naturais. Foi necessário primeiramente realizar um estudo de caso, com pesquisas bibliográficas e documentais, o conhecimento de algumas metodologias que avaliam atrativos naturais, e através desses, construir uma nova proposta metodológica que pudesse avaliar os esportes/atividade do turismo de aventura nos atrativos naturais do litoral do Piauí.

Assim, ao aplicar essa recurso/proposta metodológica adaptada, aqui chamada de “Avaliação do Turismo de Aventura de Litoral” (ATAL), no Piauí, pôde-se ter noção dos esportes/atividade de aventura que são capazes de serem executados nas mais diversas áreas inventariadas desta faixa litorânea.

Pode-se perceber que o litoral do Piauí possui uma expressiva potencialidade para alguns esportes/atividades de aventura – apesar de possuir somente 66 km de extensão – que conta com alguns lugares já consagrados para algumas práticas de atividades de aventura e muitas outras ainda com potencial de serem exploradas. Pode-se perceber com a análise do modelo ATAL, que o litoral do Piauí constitui-se de forma uniforme, ou seja, na tabela do somatório da pontuação de potencialidades do turismo de aventura (tabela 3), os locais inventariados possuem uma diferença de 1 ou 2 pontos somente, o que dá a entender que assim como há lugares com a presença de pessoas praticando esportes e de prestadoras de serviços especializadas, os outros lugares que assim não se fazem, possuem potencial igual e/ou similar das já mencionadas.

Dessa forma, acredita-se que possivelmente a presente pesquisa contribuirá com o fomento de futuros debates e investigações acerca desse segmento, tanto no meio acadêmico quanto para o público em geral.

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Marcelo Vilela de. **Matriz de Avaliação do Potencial Turístico de Localidades Receptoras**. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2006. 233 p.

AMARAL, Maria Cristina do. **O desafio da Adventure Sports Fair e o turismo de aventura no Brasil**. In: UVINHA, Ricardo Ricci. **Turismo de Aventura: reflexões e tendências**. 2ª ed. São Paulo: Aleph, 2005, Cap. 1, p. 233-246.

ANDRADE, M. M. de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 7. ed. 2. Reimpressão. São Paulo: Atlas, 2006.

BARRETO, M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. 13. ed. rev. e atual. São Paulo: Papyrus, 2003 – (Coleção turismo).

BARRETO, M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. 13. ed. rev. e atual. São Paulo: Papyrus, 2003 – (Coleção turismo).

BRASIL, Ministério do Turismo. **Regulamentação, normalização e certificação do turismo de aventura**. Relatório Diagnóstico. Brasília: Ministério do Turismo, 2005.

_____. **Perfil do Turista de Aventura e do Ecoturista no Brasil.** São Paulo: ABETA, 2010.

_____. **Caminhos do futuro: ecoturismo.** São Paulo: IPSIS, 2007.

_____. **Regulamentação, normalização e certificação em turismo de aventura, Relatório diagnóstico.** Brasília: Ministério do Turismo, 2005.

_____. **Marcos Conceituais: Segmentos do Turismo.** Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

_____. **Turismo de Aventura: Orientações Básicas.** Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

_____. **Turismo de Aventura: Orientações Básicas.** Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BRETÓN BESNIER, F. COBO GARCÍA, J. : **Legislación deportiva en Andalucía,** Consejería de Turismo y Deporte, Junta de Andalucía, Sevilla. 2001.

CÁRDENAS TABARES, Fabio. **Proyectos turísticos; localización e inversión.** México: Trillas, 1994. 75p. (Trillas Turismo)

CRUZ, Mauricio Hugo da. **Turismo de Aventura:** Estudo de caso da cidade de Brotas. 2008, 227 p. Dissertação (Mestrando em Ciências do Desporto na Área de Especialização em Gestão Desportiva) – Faculdade de Desporto, Universidade do Porto, Porto, 2008.

DIAS, Reinaldo e AGUIAR, Marina Rodrigues. **Fundamentos do turismo:** conceitos, normas e definições. São Paulo: Alínea, 2002.

FARAH, S. D. **Políticas de incentivo ao turismo de aventura no Brasil: o papel do Ministério do Turismo.** In: UVINHA, Ricardo Ricci. **Turismo de Aventura:** reflexões e tendências. 2ª ed. São Paulo: Aleph, 2005, Cap. 1, p. 25-42.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GIL, Ana Maria Luque. **El uso recreativo de los senderos: Turismo, Deporte y Territorio.** Sevilla: Ed. Sevilla: Wanceulen Editorial Deportiva, S.L., 2007.

ICMBio , Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Disponível em: <http://www.mma.org.br>. Acesso em junho de 2010

IUCN. **International Union for Conservation of nature - Red List.** Animais em riscos de extinção - União Internacional para Conservação da Natureza. Disponível em <http://www.iucnredlist.org>. Acesso em maio de 2014.

KRIPENDORF, JOST. **Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. Jost Kripendorf (tradução Contexto Traduções). São Paulo: Aleph, 2001.

LENO CERRO, Francisco. La evaluación del potencial turístico en un proceso de planificación: el Canal de Castilla. **Estudios Turísticos**, Madrid, n.116, p. 49-85, 1992. **Técnicas de evaluación del potencial turístico**. Madrid, Industria, Comercio y Turismo, 1993. 261p. (Serie Libros sobre Turismo, 2).

LINDBERG, K; HAWKINS, D. E. **Ecoturismo: Um guia para planejamento e gestão**. Tradução de Leila Cristina de M. Darim; revisão técnica de Oliver Hillel. 4. Ed. – São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.

MAGALHÃES, Guilherme Wendel de. (coord.) **Pólos de ecoturismo; planejamento e gestão**. São Paulo: TERRAGRAPH, 2001. 168p.

LIMA, Fabiano Rocca. **Turismo de aventura e mergulho: as necessidades de um nicho de mercado**. In: UVINHA, Ricardo Ricci. **Turismo de aventura: reflexões e tendências**. 2ª ed. São Paulo: Aleph, 2005, Cap. 9, p. 2075-232.

NASCIMENTO, M. **Litoral do Piauí: O guia turístico mais prático do litoral piauiense**. Disponível em: <<http://www.litoraldopiaui.com>>. Acesso em 01 Maio de 2012.

OKTIVA – UFC, 2010 UFC – PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO: Programa parque vivo: CIÊNCIAS, DIVERSÃO E ARTE. Disponível em: <<http://www.oktiva.net/oktiva.net/1364/nota/18281>> Acesso em junho de 2011.

PINZAN, Edson José. **A potencialidade da atividade turística para o desenvolvimento regional**. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2003. 147p.

RAMOS, Marcelo Valente. Aventura e Turismo de Aventura: Faces Mutantes. In: TRIGO, Luis Gonzaga Godói et al. **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. 1º ed. São Paulo: Roca, 2005. Cap. 30, p. 469-479.

RUSCHMANN, D. V. de M. **Turismo e planejamento sustentável: A proteção do ambiente / Doris van de Meene Ruschmann**. – Campinas, SP: Papirus, 1997. – (Coleção Turismo)

RE, J. Pagotto. **O crescimento do turismo de aventura e sua necessidade de certificação e regulamentação**. Disponível em: <<http://www.unimep.br/phpg/mostracademica/anais/7mostra/5/254.pdf>>. Acesso em 25 Set. de 2012.

RODRIGUES, A. B. **Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites / Andry Balastreti Rodrigues, (org.)**. – São Paulo: Contexto, 2003.

SANTOS, Carla; CABRAL, Marta. **Manual do investidor em turismo na natureza.**

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. da. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** 3. ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

SILVIA, E. L. da; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** 4. ed. rev. atual. Florianópolis: UFSC, 2005.

SISTEMA Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. 5. Ed. Aum. Brasília: MMA/SBF, 2004. 56p.

UVINHA, Ricardo Ricci. **Turismo de Aventura:** reflexões e tendências. São Paulo: Aleph, 2005 – (Série Turismo).

UVINHA, Ricardo Ricci. Esportes Radicais e Turismo: Análise Conceitual. *In:* TRIGO, Luis Gonzaga Godói. **Análises regionais e globais do turismo brasileiro.** 1º ed. São Paulo: Roca, 2005. Cap. 28, p. 437-448.